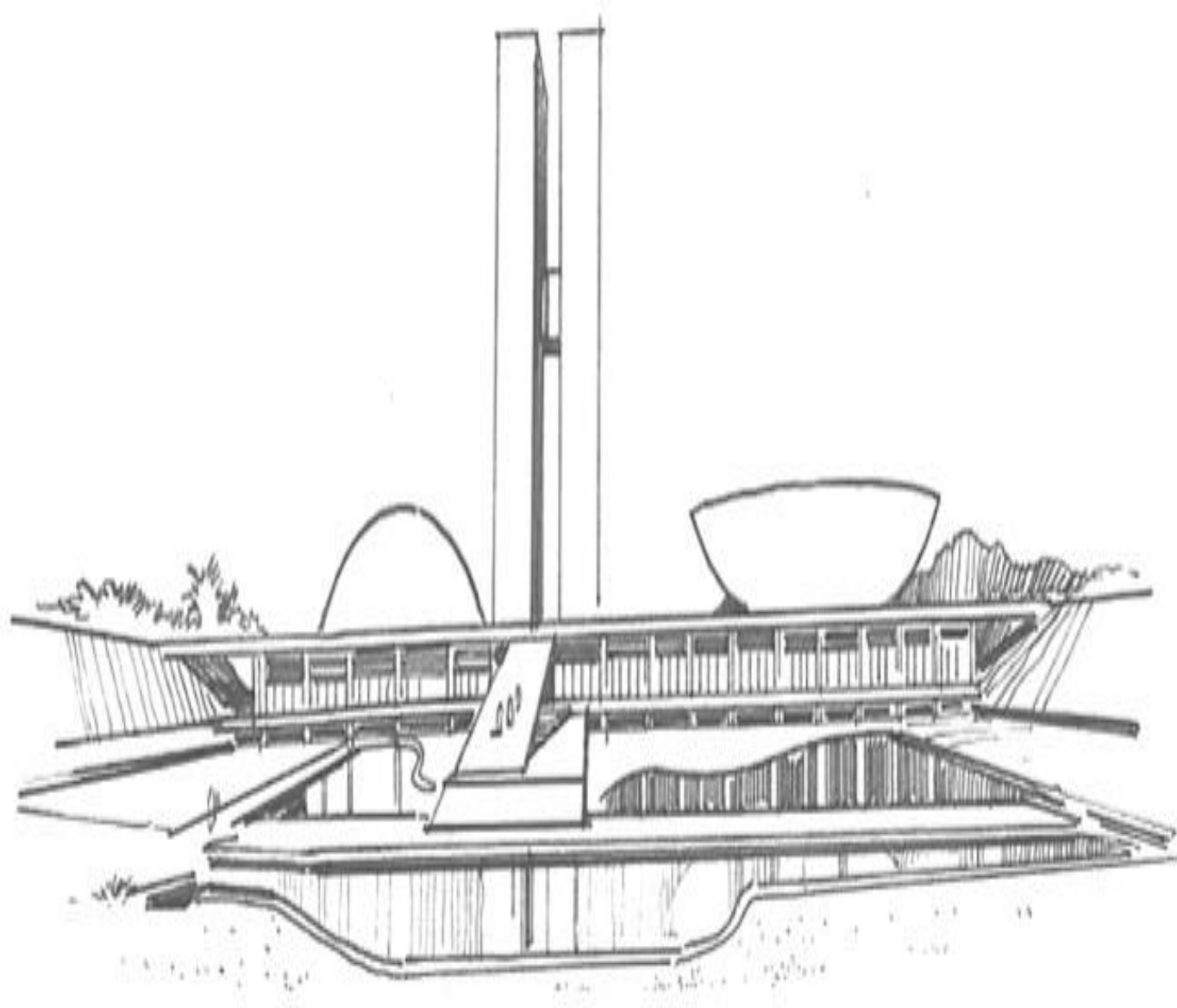


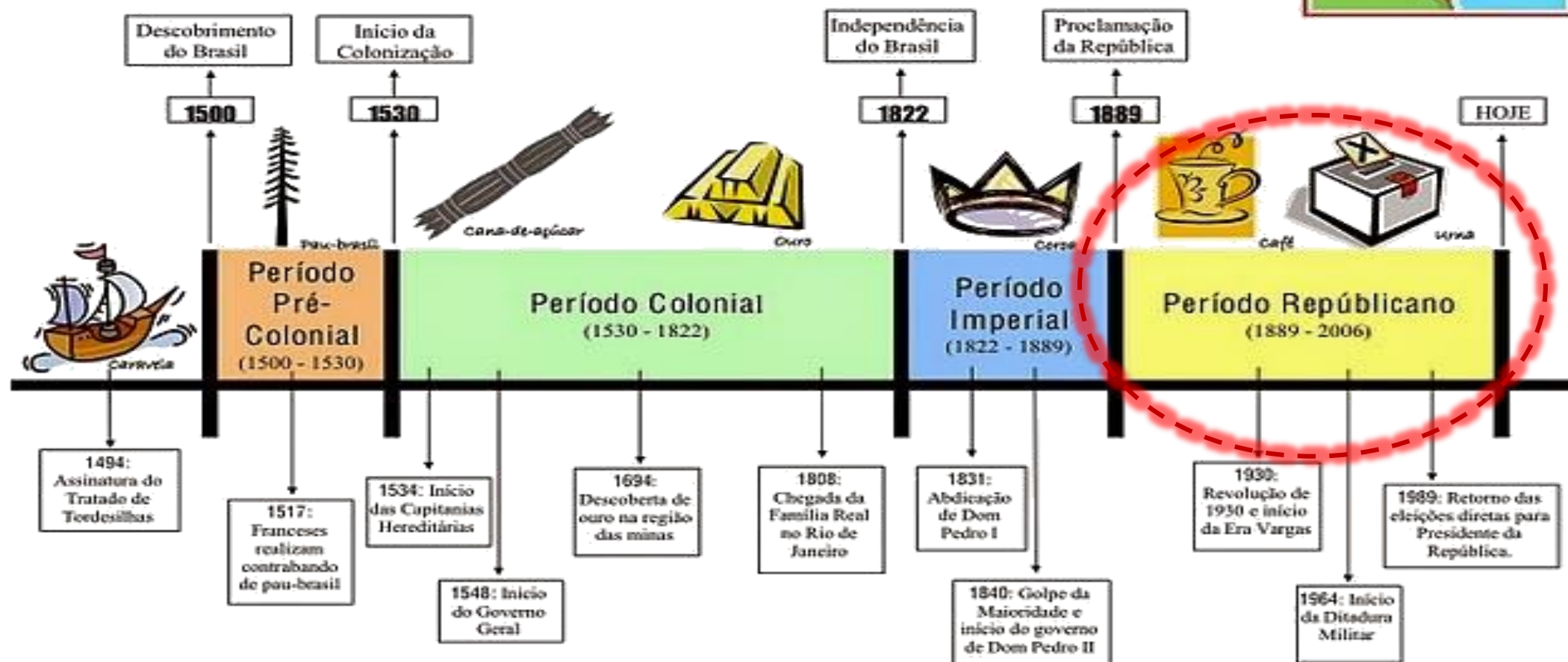
Aula 5

Repúblicas



Vitor Garcez
PEPV – Fatec Guaratinguetá

PERÍODOS DA HISTÓRIA DO BRASIL





Ciclo do Café

O ciclo do café no Brasil teve seu começo em 1727, início do século XVIII, quando chegaram ao país as primeiras mudas. Durante muito tempo o produto foi plantado para consumo doméstico. A cultura em pequenas proporções no norte do país, foi se expandindo em direção ao sudeste, quando a partir de 1870 teve seu grande momento, no oeste paulista, nas cidades de Campinas e Ribeirão Preto, onde encontrou a “terra roxa”, solo rico para os cafezais.



As fazendas se espalharam, a produção exportadora cresceu, os imigrantes, principalmente italianos, vieram trabalhar nas fazendas.

Mais tarde, com o trabalho livre e o início da mecanização, os fazendeiros diversificaram suas atividades, investindo no comércio e na indústria de bens de consumo. Assim se resume a história do café no Brasil.



A cafeicultura exportadora do café foi aos poucos se expandindo e logo atingiu índices de maior produto de exportação do país. O Brasil chegou a exportar mais de 50% do consumo mundial.

O ciclo do café sofreu duas quedas, nas primeiras décadas do século XX, decorrentes das crises internacionais.

O ciclo do café sofreu com a carência de mão de obra. O sistema de parceria com os primeiros colonos imigrantes fracassou.

Só a partir da década de 1870, com o trabalho assalariado e a imigração custeada pelo poder público, o novo sistema foi a solução para a lavoura paulista.





A primeira região do país a receber mudas de café foi o Pará, em 1727. As mudas teriam sido levadas por Francisco de Melo Palheta e, muito rápido, até 1760, pequenas roças de café já eram cultivadas até no Rio de Janeiro.

Ao longo do Vale do Paraíba, do Rio de Janeiro a São Paulo, o café virou o principal produto de exportação brasileira e chegou a apogeu no Segundo Império.

A região do Vale do Paraíba era considerada ideal para o cultivo e, logo, a exploração ocorreu em grandes propriedades com o suporte de mão de obra escrava.



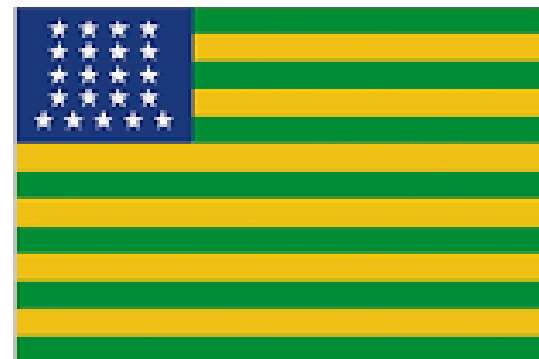
Liberdade! Liberdade!
Abre as asas sobre nós,
Das lutas na tempestade
Dá que ouçamos tua voz

Nós nem cremos que escravos outrora
Tenha havido em tão nobre País...
Hoje o rubro lampejo da aurora
Acha irmãos, não tiranos hostis.

República Velha é a denominação dada à primeira fase da República brasileira, que se estendeu da Proclamação da República em 15 de novembro de 1889 até a Revolução de 1930, liderada por Getúlio Vargas.

Tradicionalmente, a República brasileira é dividida em:

- República Velha (1889-1930)
- República Nova ou Era Vargas (1930-1945)
- República Contemporânea (1945 até nossos dias)



O primeiro período da República Velha ficou conhecido como República da Espada, em virtude da condição militar dos dois primeiros presidentes do Brasil: "Deodoro da Fonseca" e "Floriano Peixoto".



O novo governo trazia inúmeras divergências entre civis e militares. Contra Deodoro já havia uma forte oposição no Congresso.

Assim, no dia 3 de novembro, Deodoro dissolveu o Congresso, que de imediato organizou um contragolpe. Deodoro renunciou e entregou o poder ao vice-presidente Floriano Peixoto.

NÃO VAI
TER GOLPE



Floriano Peixoto (1891-1894) assumiu o cargo apoiado de uma forte ala militar. A dissolução do Congresso foi suspensa. A constituição determinava que fosse convocada novas eleições, o que não ocorreu.

Com essa atitude, Deodoro teve que enfrentar as revoltas das fortalezas de Lage e a de Santa Cruz, a Revolta Federativa e a Revolta da Armada, que causou 10.000 mortos.

Floriano governou pela força, recebendo o apelido de “Marechal de Ferro”.



EXÉRCITO BRASILEIRO



MARINHA DO BRASIL



FORÇA AÉREA BRASILEIRA



O segundo período da República Velha ficou conhecido como “República das Oligarquias”, por ser dominada pela aristocracia dos fazendeiros.

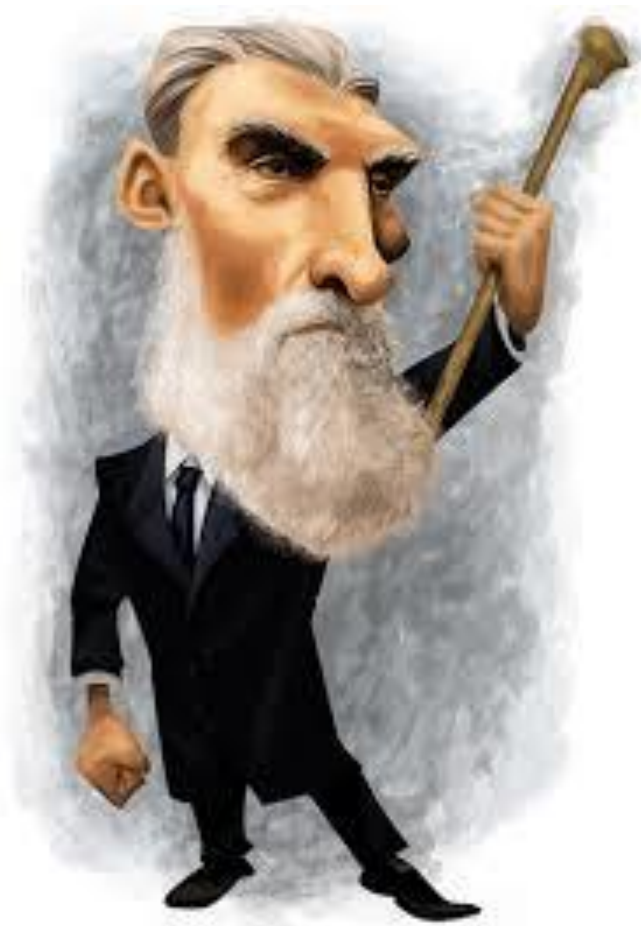
Na sucessão presidencial alternavam-se presidentes paulistas e mineiros. Nesse período apenas três presidentes eleitos (Hermes da Fonseca, Epitácio Pessoa e Washington Luís) não procediam dos Estados de Minas Gerais e de São Paulo.



Política do café com leite

Prudentes de Moraes (1894-1898)

Foi o primeiro presidente civil da República. Assumiu o mandato em intensa agitação política. O “coronelismo”, poder político que existiu desde o império, teve seu apogeu na República Velha. Os coronéis, cujos títulos eram reminiscentes dos tempos da Guarda Nacional, eram chefes políticos que influenciavam as mais altas decisões da administração federal. O problema mais grave do governo de Prudente de Moraes foi a “Guerra de Canudos” (1896 e 1897).



Campos Sales (1898-1902)

Fez um acordo com as oligarquias agrárias, conhecido como “Política dos Governadores”, que consistia numa troca de favores e assim, só os candidatos de situação ganhavam as eleições.



Rodrigues Alves (1902-1906)

Urbanizou e saneou o Rio de Janeiro, enfrentou a Revolta da Vacina, o Convênio de Taubaté e a questão do Acre. Rodrigues Alves foi reeleito em 1918, mas faleceu antes de tomar posse.



Afonso Pena (1906-1909)

Realizou melhorias na rede ferroviária, com a ligação de São Paulo e Mato Grosso, modificou as Forças Armadas, estimulou o desenvolvimento da economia do país e incentivou a imigração.

O presidente faleceu antes de completar o mandato e foi substituído pelo vice Nilo Peçanha.

Nilo Peçanha (1909-1910)

Criou o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), substituído, em 1967, pela FUNAI.



Hermes da Fonseca (1910-1914)

Teve um governo marcado por convulsões sociais e políticas, tais como a “Revolta da Chibata”, a “Revolta dos Fuzileiros Navais”, a “Revolta do Juazeiro” e a “Guerra do Contestado”.



A “Revolta da Chibata” foi uma agitação militar na Marinha do Brasil, ocorrida na baía de Guanabara, no Rio de Janeiro, então capital da República, na qual se rebelaram cerca de 2.400 marinheiros. A revolta surgiu como um motim entre os marinheiros do mais baixo escalão e durou de 22 a 27 de novembro de 1910.



Venceslau Brás (1914-1918)

Seu mandato coincidiu com o período da Primeira Guerra Mundial, da qual o Brasil participou, lutando contra a Alemanha. Em seu governo foi promulgado o “Código Civil Brasileiro”. Nessa época, a gripe espanhola fez vítimas no Brasil.



Epitácio Pessoa (1918-1922)

Em seu governo foram realizadas obras para combater a seca no Nordeste, fez reformas no Exército e promoveu a construção de ferrovias.

Nessa época cresceram as insatisfações contra a política do café com leite, como ficou conhecida a eleição de candidatos de São Paulo e Minas Gerais.

Em 1922 ocorreu a Revolta do Forte de Copacabana. O Modernismo explodiu o Brasil com a Semana de Arte Moderna.



Artur Bernardes (1922-1926)

Governou todo o período em estado de sítio, para fazer frente às agitações políticas e sublevações de caráter tenentista. A situação econômica era crítica, inflação e queda no valor das exportações.

Durante esse período, sob o comando de Luís Carlos Prestes, a tropa revolucionária – que pretendia derrubar as oligarquias – percorreu mais de 20.000 km pelo interior do País.



Washington Luís (1926-1930)

O presidente tentou dar impulso à economia, construindo estradas, como a Rio-São Paulo e a Rio-Petrópolis. Foi deposto pela Revolução de 1930, pondo fim a política do café com leite.

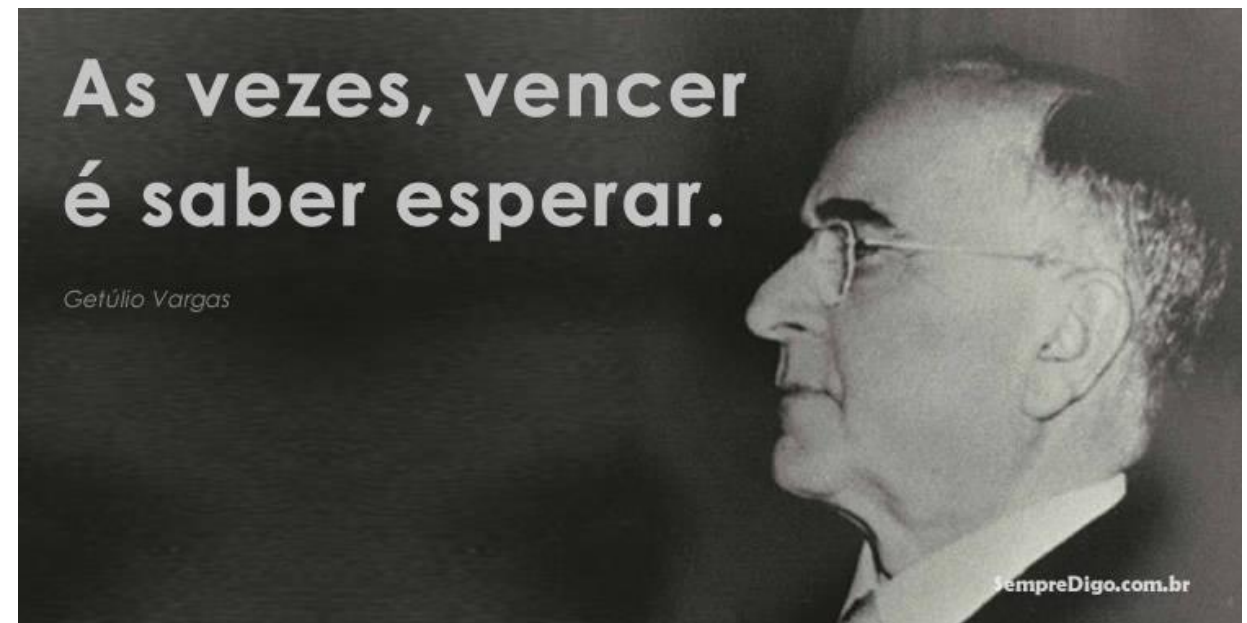


*A era
Vargas*



A Era Vargas corresponde ao período em que Getúlio Vargas (1882-1954) governou o Brasil dividido em três momentos:

- Governo Provisório -1930-1934
- Governo Constitucional - 1934-1937
- Estado Novo - 1937-1945





**REVOLUÇÃO
DE 1930**

O Revolução de 1930 foi um evento armado da história brasileira, perpetrados pelos estados de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul, os quais levaram a cabo o golpe de Estado de 1930, quando foi deposto o presidente da república Washington Luís, no dia 24 de outubro de 1930, impedindo a posse do presidente eleito Júlio Prestes, sob alegações de fraude eleitoral, desgosto popular em função da crise econômica de 1929 e, por fim, o assassinato de João Pessoa.



NÃO VAI
TER GOLPE



Júlio Prestes foi um dos presidentes eleitos do Brasil pelo voto popular no período da República Velha (1889-1930), após o governo de Washington Luís. Entretanto, foi impedido de exercer o cargo, devido ao golpe de 1930, liderado pelo político Getúlio Vargas. Destacou-se também na literatura e nas leis, exercendo a profissão de advogado.



NÃO VAI
TER GOLPE





Revolução de 1932

Foi uma resposta paulista à Revolução de 1930, a qual acabou com a autonomia de que os estados gozavam durante a vigência da Constituição de 1891.

Os insurgentes exigiam do Governo Provisório a elaboração de uma nova Constituição e a convocação de eleições para presidentes.

Assim, a Revolução Constitucionalista de 1932, que ocorreu em São Paulo, foi um levante contrário ao novo quadro político que se instituiu no país após a Revolução de 1930. Esse foi o golpe de Estado que tinha levado Getúlio Vargas ao poder.



No total, foram 87 dias de combates, de 9 de julho a 4 de outubro de 1932, sendo os últimos dois dias depois da rendição paulista. Foi registrado um saldo oficial de 934 mortos, embora estimativas não oficiais reportem até 2200 mortos.

Em pouco tempo, São Paulo, que planejava uma ofensiva rápida contra a capital, se viu cercado e passou a arrecadar ouro doado por seus moradores para comprar armamentos.

Com isso, em 2 de outubro, na cidade de Cruzeiro, as tropas paulistas se rendem ao líder da ofensiva federal. Apesar da derrota no campo de batalha, politicamente o movimento atingiu seus objetivos.



Governo Provisório (1930-1934)

O Governo Provisório caracterizou-se pelo início no processo de centralização do poder, pela eliminação dos órgãos legislativos (federal, estadual e municipal) e pela criação de novos ministérios (Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e o Ministério da Educação e Saúde). Após a Revolta Paulista de 1932, Getúlio apresentou a nova Carta Magna em 1934, na qual sancionou importantes atributos políticos, como o voto secreto e o voto feminino.



Governo Constitucional (1934-1937)

O Governo Constitucional é marcado por uma série de revoltas dentro de instituições militares, atribuídas aos comunistas, levando Getúlio a proclamar, em 1937, outra tentativa de golpe comunista, conhecida como Plano Cohen, onde é “forjada” uma Intentona Comunista, considerada a revolta derradeira contra o Governo. Isso motivou o Presidente a anular a constituição de 1934 e dissolver o Poder Legislativo. Note que essa é uma justificativa para declarar estado de sítio e inaugurar o chamado Estado Novo.



NÃO VAI
TER GOLPE



ESTADO NOVO

Estado Novo (1937-1945)

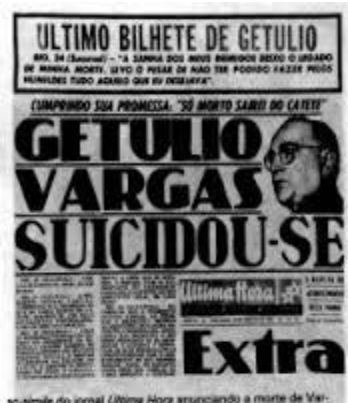
O Estado Novo é considerado o período mais repressivo e ditatorial da Era Vargas, quando é proclamada uma nova constituição em 1937, na qual se institui o "Estado Novo" e suprime a liberdade partidária, a independência entre os três poderes e o Federalismo.

Ademais, a partir de novembro de 1937, Vargas impôs a censura aos meios de comunicação como um modo de fiscalizar os meios de comunicação e impedir a mídia de divulgar uma imagem negativa do governo. No plano econômico, adotou medidas de nacionalização, bem como levou a cabo sua política trabalhista com a concepção da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). No âmbito legislativo, estabeleceu o Código Penal e o Código de Processo Penal.



No dia 29 de outubro de 1945, Getúlio Vargas foi deposto por um golpe militar, sendo conduzido ao exílio na sua cidade natal, São Borja. Porém, em 1951, retornaria à Presidência pelo voto popular, quando lança as bases para criação da Petrobras. Vargas suicidou-se no Palácio do Catete em agosto de 1954, com um tiro no peito e os dizeres:

“Saio da vida para entrar na História”.



NÃO VAI
TER GOLPE

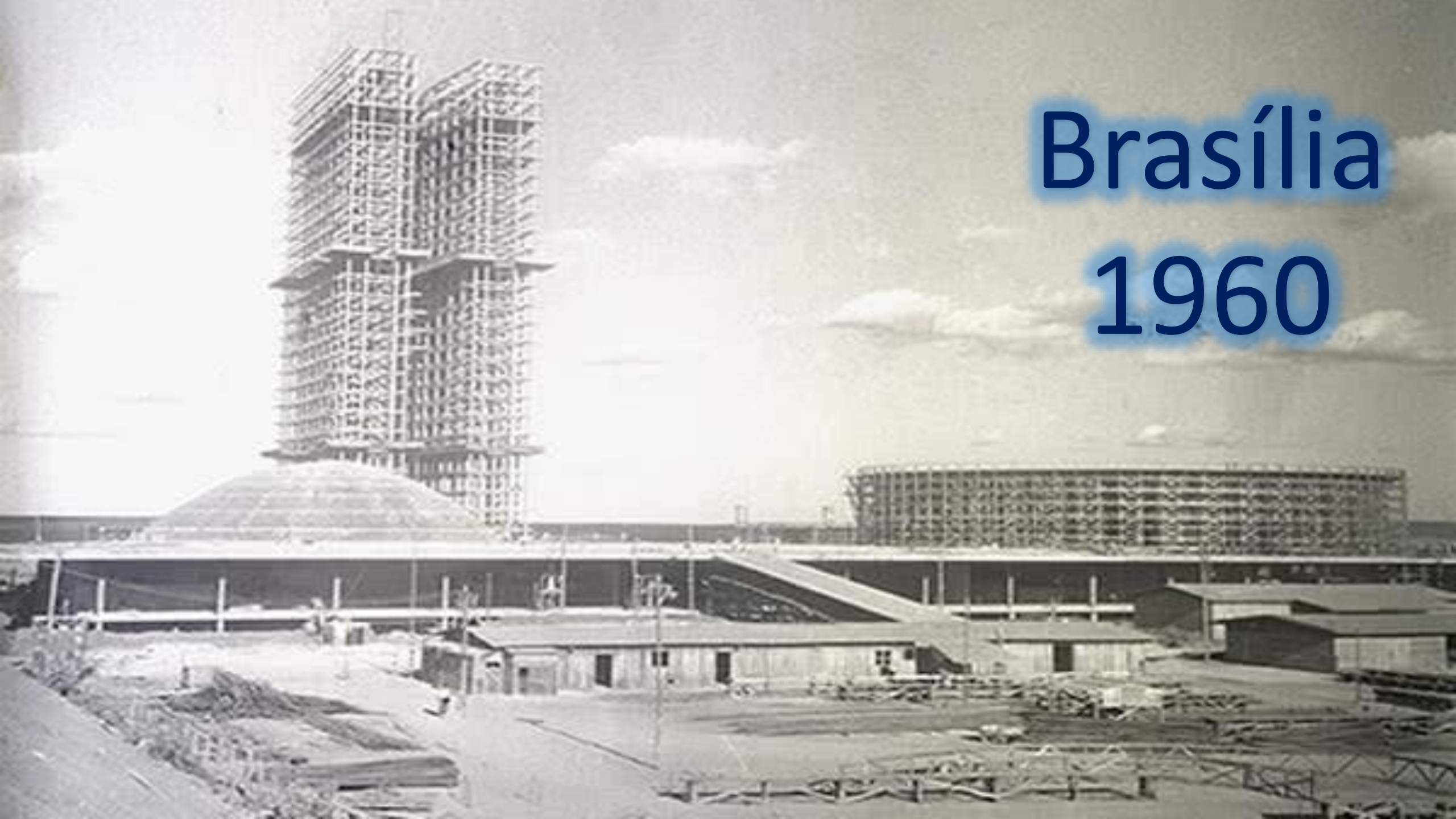


Nos dezessete meses que sucederam a morte de Vargas, três presidentes ocuparam o poder. Foram eles, Café Filho, Carlos Luz e Nereu Ramos. A situação política era difícil.

Em 1955, houve novas eleições para presidente e Juscelino Kubitschek foi eleito, com a promessa de realizar **"cinquenta anos de progresso em cinco anos de governo"**. Sua administração foi marcada por obras de grande repercussão, entre elas a construção de Brasília, a nova capital do país.



Brasília 1960



Em 1961, o populista Jânio Quadros é eleito. Ele renunciou, contudo, em 25 de agosto. De acordo com a Constituição o vice João Goulart deveria assumir a presidência.



Houve, porém, um veto militar à posse de Jango, acusado de comunista. A solução para a crise política foi a promulgação da Emenda Constitucional nº 4, que instituiu o sistema parlamentarista de governo no país. A emenda limitava o poder do presidente.



João Goulart empossado em 7 de setembro de 1961, colocava em prática uma política nacionalista. Um plebiscito realizado em 1963 determinou a volta do regime presidencialista. Em 31 de março de 1964, um golpe militar contra o governo derrubou João Goulart. Em 9 de abril, o comando revolucionário promulgou o Ato Institucional nº 1, que dava amplos poderes ao Alto Comando Militar.

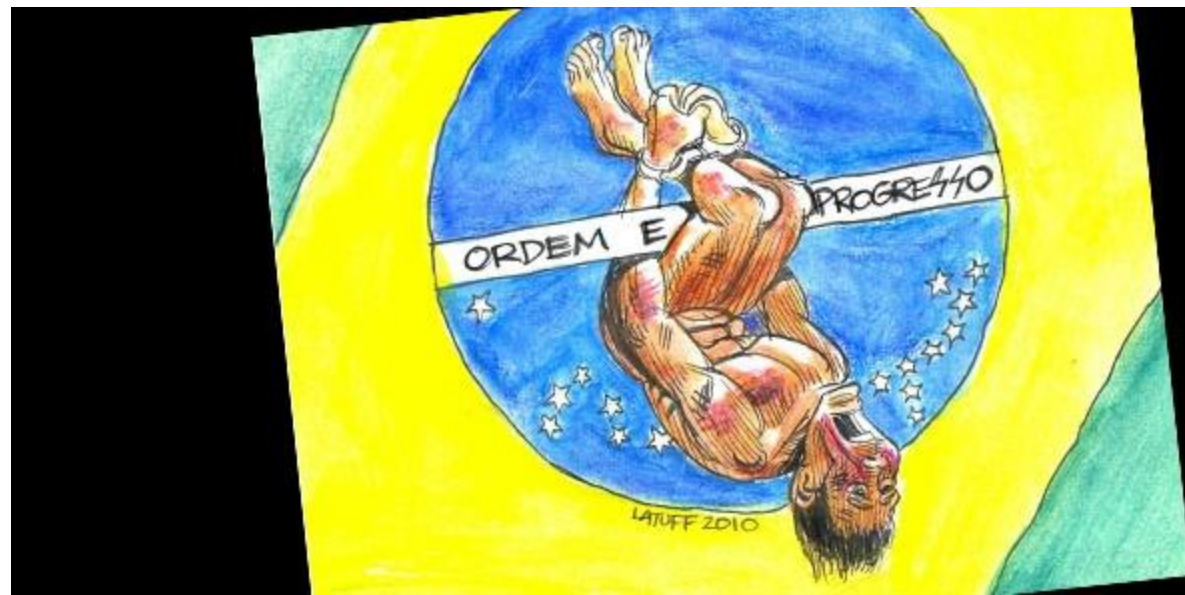


NÃO VAI
TER GOLPE



1964
O GOLPE MILITAR

A Ditadura Militar no Brasil foi um regime autoritário que teve início com o golpe militar, em 31 de março de 1964, que depôs o Presidente da República. O regime militar estabeleceu-se por 21 anos (1964-1985), os quais a presidência da república foi ocupada sucessivamente por generais do exército.



Depois do golpe de 1964, o modelo político visava fortalecer o poder executivo. Dezessete atos institucionais e cerca de mil leis excepcionais foram impostas à sociedade brasileira.

Com o Ato Institucional nº 2, os antigos partidos foram fechados, surgiram a Arena, que apoiava o governo e o MDB, representando os opositores, cercado por estreitos limites de atuação.

O governo montou um forte sistema de controle que dificultava a resistência ao regime, com a criação do Serviço Nacional de Informação (SNI), chefiado pelo general Golbery do Couto e Silva.



A sociedade reagia às arbitrariedades do governo. No teatro foram apresentadas peças como Liberdade, Liberdade, que criticava o governo militar. Os festivais de música brasileira foram cenários importantes para atuação dos compositores, que compunham canções de protesto. A Igreja Católica estava dividida, os grupos mais tradicionais apoiavam o governo, os mais progressistas criticavam a doutrina da segurança nacional que orientava os militares. As greves operárias reivindicavam o fim do arrocho salarial e queriam liberdade para estruturar seus sindicatos. Os estudantes realizavam passeatas reclamando da falta de liberdade política. Entre as diversas organizações de esquerda estavam a Aliança de Libertação Nacional (ALN) e o Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8). O forte clima de tensão foi agravado com o discurso do deputado Márcio Moreira Alves, que pediu ao povo que não comparecesse às comemorações do dia 7 de setembro.



Directas Já

"Diretas Já" foi um movimento político de cunho popular que teve como objetivo a retomada das eleições diretas ao cargo de presidente da República no Brasil.

O movimento Diretas Já começou em maio de 1983 e foi até 1984, tendo mobilizado milhões de pessoas em comícios e passeatas.

Contou com a participação de partidos políticos, representantes da sociedade civil, artistas e intelectuais. Mesmo sendo marcado por significativo apelo popular, o processo de eleições diretas só ocorreu em 1989.

Ou seja, 29 anos depois da escolha do último presidente, em 3 de outubro de 1960.



O general João Baptista Figueiredo foi o último presidente do regime militar. Ele determinou que a abertura do País iria ocorrer de maneira lenta e gradual.

Somente em 1982, foram retomadas as eleições diretas para governador. Nesse período da história, o Brasil contava com quatro partidos políticos na oposição.

Eram eles o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), PT (Partido dos Trabalhadores), PDT (Partido Democrático Trabalhista) e PTB (Partido Trabalhista Brasileiro).



Políticos e artistas dividiram o palanque em vários atos até o dia 25 de maio, quando foi votada a emenda de Dante de Oliveira.

A sessão foi de intenso movimento e tensão. Ainda assim, a Câmara dos Deputados não aprovou a emenda e as eleições daquele ano não contaram com a participação do povo.



Com a derrota, restava aos articuladores do movimento negociarem o fim do regime militar. A partir da articulação de governadores do Nordeste, o nome de Tancredo Neves foi indicado para ocupar o cargo de presidente. A disputa interna ocorreu contra o candidato de São Paulo, Paulo Maluf.

A eleição indireta de Tancredo Neves ocorre em 1985, marcando o fim da ditadura militar iniciada em 1964. Tancredo não chega a assumir, morrendo antes da posse. Em seu lugar, governa José Sarney.



Fernando Collor de Mello

No seu governo, Collor que, enquanto candidato se destacava por ser jovem, por propor o combate à corrupção e por “caçar marajás”, fez o Brasil passar pelo aumento substancial da inflação, do fechamento de empresas e do desemprego, bem como confiscou depósitos bancários que ultrapassassem a quantia de 50 mil cruzeiros.



Estudantes, conhecidos como Caras Pintadas (pintavam a face de verde e amarelo), foram às ruas num movimento que reuniu a população brasileira e ficou conhecido como Fora Collor.

No dia 11 de agosto de 1992 dez mil pessoas se reuniram em frente ao Museu de Arte de São Paulo (MASP) em São Paulo para protestar.

Na sequência, o presidente fez um pronunciamento em rede nacional e pediu que as pessoas vestissem as cores do Brasil no domingo próximo, em resposta ao acontecimento e em sinal de apoio ao presidente.

Todavia, nesse que ficou conhecido como o domingo negro, a resposta da população foi se vestir de preto, confirmando o sentimento de revolta e intensificando os protestos ao presidente, que cada vez reunia mais pessoas.



NÃO VAI
TER GOLPE



O “Plano Real” foi uma reforma econômica neoliberal realizada no Brasil entre setembro de 1993 (quando foi lançado o Cruzeiro Real) e julho de 1994 (lançamento do Real), durante o governo de Itamar Franco, para conter o avanço da hiperinflação. Com efeito, este plano de estabilização econômica foi coordenado pelo então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso e obteve sucesso, uma vez que, desde então, a inflação tem girado em torno de 5% ao ano.



Além do Plano Real, o aspecto mais importante do programa de governo foi uma série de reformas constitucionais, consideradas essenciais para modernizar o país e garantir a estabilidade econômica.

Seu governo foi marcado pela quebra do monopólio estatal do petróleo, das telecomunicações e da energia elétrica e a privatização de estatais. Várias dificuldades surgiram e somaram-se aos reflexos da crise asiática e da crise da Rússia. A saída do governo foi recorrer ao FMI.

Em meio a esse quadro de crise ocorreram as eleições de outubro de 1998. Fernando Henrique conseguiu reeleger-se. Apesar das várias crises externas que impactaram a economia brasileira durante os quatro anos do segundo governo, graças à continuidade do Plano Real, a inflação se manteve baixa.



O governo Lula compreende os dois mandatos do presidente Luís Inácio Lula da Silva, de 2003 a 2010.

Sua administração tirou milhares de pessoas da pobreza absoluta, porém foi marcada por casos de corrupção como o mensalão. Apesar disso, Lula conseguiu eleger sua sucessora, a ex-ministra Dilma Rousseff.



- 2 de dezembro de 2015 – o ex-presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, admite o pedido de impeachment
- 17 de março de 2016 - após julgamento do STF (Supremo Tribunal Federal), a Câmara nomeou uma comissão especial para analisar o processo
- A comissão especial era composta por 65 deputados que representavam 24 partidos
- A ex-presidente teve cinco sessões para defesa
- 11 de abril de 2016 – a comissão da Câmara apresenta o relatório final favorável ao afastamento
- 17 de abril de 2016 – em plenário, 367 deputados federais votaram pelo afastamento e 137 contra
- Com a aprovação da maioria dos deputados, o processo foi para o Senado
- 12 de maio de 2016 – Dilma foi afastada e Temer assume interinamente
- 25 de agosto – a sessão do Senado foi aberta pelo presidente do STF, Ricardo Lewandowski
- 26 de agosto – debate entre a acusação e defesa
- 29 de agosto – Dilma apresentou a defesa e foi questionada pelos senadores sobre as acusações que recebeu
- 31 de agosto – afastamento definitivo de Dilma com 61 senadores votando a favor da saída e 20 pela manutenção do mandato
- A ex-presidente não perdeu os direitos políticos, podendo voltar a concorrer a cargos eletivos



NÃO VAI
TER GOLPE



